

Democratizar a indicação de reitor!

É longa a luta de docentes, estudantes e funcionários pela democratização da estrutura e do exercício do poder na USP, uma das mais retrógradas universidades do Brasil, na qual ainda vigoram Estatuto e Regimento que guardam fortes resquícios do período da Ditadura Militar. Se não, vejamos: os diretores de unidade, quase sempre professores titulares, são nomeados pelo reitor a partir de uma lista tríplice; os professores titulares são maioria absoluta nas congregações, e os representantes destas no Conselho Universitário (Co) em sua grande maioria são também titulares; as representações das categorias docentes e de estudantes e funcionários técnico-administrativos, somadas, estão reduzidas a menos de 20% do total de membros do Co (a dos últimos, inferior a 1%).

Como consequência desta estrutura, o Co limita-se a apoiar a Reitoria comprometendo, assim, seu desempenho no que se refere ao controle e à fiscalização dos atos do executivo. Mais do que isso, o Co deixa de atuar como organismo formulador de políticas acadêmicas que visem o engajamento da Universidade na solução dos graves problemas sociais, culturais, políticos e econômicos do país.

Se esta situação já é antiga, ela agravou-se, e muito, na atual gestão da Reitoria, trazendo para o interior da universidade pública a militarização, a criminalização de movimentos sociais, o desrespeito às entidades representativas do corpo da universidade.

O direito ao dissenso e ao contraditório é cassado, silenciado e perseguido. O regime disciplinar da USP é exemplo gritante desta estrutura autoritária, assim como as muitas sindicâncias instaladas contra docentes e funcionários nas unidades, especialmente na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP (EACH) (vide *Informativo Adusp* 359).



Rompe-se com a palavra empenhada, despudoradamente. O caso mais recente é a criação de uma Comissão da Verdade da USP, por portaria reitoral, sem a participação dos membros indicados pelas entidades, em pleno processo de negociação entre Reitoria e Fórum Aberto pela Democratização (vide p. 3). A promessa de diálogo, propalada em campanha, não passou de demagogia.

Introduz-se no âmbito do público a lógica e a prática do privado. Promove-se a impressão de império e a prática do arbítrio. Não é à toa que sequer o disposto na Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 70% de docentes em colegiados, é respeitado pela USP.

Trabalho de Sísifo. Onde deveria prosperar a reflexão crítica e o incentivo a sua maturação, promulga-se o produtivismo, inimigo do trabalho intelectual acadêmico de qualidade, que possui características claramente artesanais; onde deveria vicejar a cooperação, incentiva-se a competição entre pares, sejam docentes, estudantes ou funcionários, destruindo a possibilidade de interação e criação dialógica entre áreas, mesmo as mais afins.

Enterra-se o corpo da universidade em um trabalho de Sísifo,

sem fim, repetitivo. Debates, reuniões e relatórios, cujas conclusões têm pouca oportunidade de prosperar. É o executivo que decide e controla os rumos da USP.

Democracia e autonomia são essenciais para fazer prosperar o trabalho intelectual de qualidade, formador, crítico e produtivo em seu sentido mais amplo: ser avesso ao princípio da autoridade e contribuir para a emancipação coletiva, isto é, fornecer possibilidades de compreensão das nossas experiências sociais, econômicas, científicas, artísticas e culturais.

Proposta da Adusp. Sabemos todos que a democratização da instituição envolve mais do que a eleição direta para reitor(a). É preciso democratizar — e humanizar — as relações sociais em seu interior, bem como o acesso à universidade.

Mesmo assim, a questão da indicação de dirigentes não deve ser subestimada. Nossa pauta estratégica em relação a esta questão permanece sendo a eleição direta e paritária para reitores e diretores de unidade, com candidatura aberta a qualquer professor doutor da USP e o fim das listas tríplices, tanto para reitor quanto para diretores. Entretanto, consideramos que, para atingir estes objetivos, é necessário criar con-

dições mais favoráveis à sua consecução. Consideramos igualmente importante trilhar este caminho em conjunto com parcela significativa do corpo da universidade, representada pelas entidades de funcionários técnico-administrativos e de estudantes.

Desde 1981, está presente na Universidade a luta por uma Estatuante democrática, exclusiva e soberana, destinada a modificar o Estatuto da USP. Várias eleições para reitor foram organizadas pelas entidades representativas, sem envolvimento institucional. Embora estes processos, em várias ocasiões,

tenham empolgado a comunidade, contando com expressiva participação das diferentes categorias, e tenham explicitado o autoritarismo vigente, não foram suficientes para alterar, de fato, a estrutura de poder da universidade.

Tendo em conta nossa história de luta e a necessidade de construir um processo para atingir nossos objetivos estratégicos, a Assembleia Geral da Adusp de 30/4 aprovou a seguinte orientação:

Lutaremos para incluir no Estatuto da USP a realização de consulta de caráter paritário, com a participação de todos os docentes, estudantes e funcionários, e a garantia de que o(a) eleito(a) por esta consulta conste da lista tríplice a ser elaborada pela reunião do Co e dos Conselhos Centrais.

Um modelo eleitoral análogo está em pleno vigor na Unicamp, na Unesp e na maioria das universidades federais.

Além disso, tramita no Congresso Nacional o PL 4.646-B, originário do Senado Federal, que modifica o artigo 56 da LDB (Lei 9.394/96), prevendo que

“O Reitor, O Vice-Reitor e os Diretores das instituições públicas de educação superior serão escolhidos mediante processo eleitoral direto, com a participação de todos os docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, nos



termos do disposto em seus estatutos e regimentos.” (grifos nossos)

Que significa paridade? O que são as consultas ou eleições proporcionais na universidade?

Muito se ouve falar que “paridade” é “33, 33, 33”, bem como em outras formas de proporcionalidade tais como “60, 20, 20” (vigente na Unicamp) ou “70, 15, 15” (utilizada em algumas federais). Enunciados deste tipo por vezes escondem o peso real do voto dos membros de cada categoria em um tal processo, podendo levar a equívocos de interpretação que convém evitar.

Com o intuito de esclarecer esta questão, vamos considerar que na USP tenhamos 6.000 docentes, 15.000 funcionários, 60.000 estudantes de graduação e 30.000 estudantes de pós-graduação, números que são uma boa aproximação da realidade.

I. Paridade.

Esta proposta, gestada nas grandes mobilizações por autonomia e democracia em Córdoba (Argentina), dá a cada categoria o mesmo número de **votos paritários**. Podemos escolher a **quantidade total de votos paritários**, desde que cada categoria tenha o mesmo número de **votos paritários**. Além disso, há também a escolha de quantas categorias distintas reconhecemos no corpo da universidade. Dois exemplos podem ajudar a esclarecer o método.

I.1. Quatro categorias: docentes, funcionários, estudantes de graduação e estudantes de pós-graduação

Cada uma destas categorias terá 60.000 votos paritários; a última coluna da tabela a seguir indica o peso do voto de cada membro de cada uma das quatro categorias.

Tabela 1 – Paridade com quatro categorias

Categoria	Nº da Categoria (A)	Nº de Votos Paritários (B)	Peso = (B) / (A)
Docentes	6000	60000	10
Funcionários	15000	60000	4
Estudantes de Pós	30000	60000	2
Estudantes de Graduação	60000	60000	1

O que a última coluna da Tabela 1 indica é que na USP, se adotarmos o voto paritário das quatro categorias, o peso do voto de um professor vale 10 vezes o de um estudante de graduação, 5 vezes o de um estudante de pós-graduação e 2,5 vezes o de um funcionário. Consequentemente, a ideia de que na paridade o voto de um docente tem o “mesmo peso” que o de um estudante ou o de um funcionário é um engano.

I.2. Três categorias: a forma tradicional de paridade

Neste caso, teríamos três categorias: docentes, estudantes e funcionários. Assim, o número de estudantes passaria a ser 90.000 (60.000 + 30.000), e cada uma das três categorias passariam a ter 90.000 votos paritários. A última coluna da Tabela 2 (abaixo) explicita o peso relativo do voto de cada docente, funcionário e estudante, nesta hipótese.

Tabela 2 – Paridade entre docentes, estudantes e funcionários

Categoria	Nº da Categoria (A)	Nº de Votos Paritários (B)	Peso = (B) / (A)
Docentes	6000	90000	15
Funcionários	15000	90000	6
Estudantes	90000	90000	1

A última coluna da Tabela 2 mostra que, na hipótese de utilizarmos o método usual de paridade entre as três categorias, o voto de um docente

vale 15 vezes o de um estudante e 2,5 vezes o de um funcionário.

II. O método da Unicamp

Vale a pena comparar o método paritário com outros que vigoram nas consultas realizadas na Unicamp e em algumas universidades federais.

Na Unicamp, a consulta direta é institucional, convocada segundo resolução do Consu, sendo realizada com pesos de 60% para os docentes, 20% para estudantes e 20% para funcionários. Como nos casos anteriores, a última coluna da Tabela 3, a seguir, indica o peso do voto dos membros de cada categoria, utilizando os números da USP. Como temos 90.000 estudantes de graduação e pós-graduação e este conjunto corresponde a 20% (ou seja 1/5) do total de votos proporcionais, teremos um total de 450.000 votos proporcionais. Assim, as categorias de estudantes e funcionários terão, cada uma, 90.000 votos proporcionais (20% do total, cada uma), enquanto os docentes terão 270.000 votos proporcionais (60% do total). A Tabela 3 indica, em sua última coluna, o peso do voto de cada docente, estudante e funcionário segundo o método da Unicamp.

Tabela 3 – “60, 20, 20” na USP

Categoria	Nº da categoria (A)	Nº de Votos Proporcionais (B)	Peso = (B)/(A)
Docentes	6000	270000	45
Funcionários	15000	90000	6
Estudantes	90000	90000	1

Além disso, a Tabela 3 mostra que se utilizarmos na USP a proporcionalidade institucional da Unicamp, o voto de um professor valerá 45 vezes o de um estudante (de graduação ou pós-graduação) e 7,5 vezes o de um funcionário.

III. A proporção “70, 15, 15”

Para finalizar a análise de alguns exemplos correntes em eleições e consultas nas universidades, iremos determinar, com os números da USP, o peso do voto de cada professor, estudante e funcionário, atribuindo a docentes o “peso” de 70%, e 15% a estudantes e funcionários. Se 90.000 corresponde a 15% de total de votos proporcionais, então este total será de 600.000 votos proporcionais. Assim, o número de votos proporcionais da categoria dos docentes corresponderia a 70% de 600.000, que resulta em 420.000 votos proporcionais. A Tabela 4, a seguir, mostra como ficariam os pesos dos votos de cada categoria neste método.

Tabela 4 – “70, 15, 15” na USP

Categoria	Nº Categoria (A)	Nº de Votos Proporcionais (B)	Peso = (B) / (A)
Docentes	6000	420000	70
Funcionários	15000	90000	6
Estudantes	90000	90000	1

A esta altura todo mundo já entendeu: com este método o voto de um docente vale 70 vezes o de um estudante (graduação ou pós) e 11,7 vezes o de um funcionário.

Queremos participar da indicação de Reitor, já!

A partir da deliberação da assembleia da Adusp de 30/4, precisamos atuar nas unidades para que a proposta da entidade seja aprovada pelas congregações, o que certamente aumentaria suas chances de aprovação no Co. Para isso, o envolvimento de todos e de cada um será decisivo. Queremos votar para reitor, e votar, já!

Deliberações da Assembleia da Adusp de 30/4/2013

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Os relatórios anuais da diretoria e da tesouraria foram aprovados por unanimidade dos presentes e podem ser acessados em www.adusp.org.br

ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

1. Data-base

A pauta de reivindicações do Fórum das Seis foi protocolada e encaminhou-se ofício ao Cruesp no sentido de que seja estabelecido calendário para a negociação da pauta. O novo presidente do Cruesp é o professor Tadeu Jorge, reitor eleito em consulta direta da Unicamp e nomeado recentemente pelo governador.

2. Carreira docente

A proposta apresentada pela diretoria (*Informativo Adusp 362*) foi aprovada pela assembleia. Ela será encaminhada aos diretores de unidade e ao Conselho Universitário, que deverá avaliar o processo de progressão horizontal.

3. Eleição de reitor(a)

Foi aprovada a proposta de lutar pela aprovação, no Co, de consulta direta paritária para reitor(a) (vide texto iniciado na capa).

Descaso, autoritarismo, desrespeito. Reitoria ignora negociação e cria “CV-Rodas”

“Veio uma comissão construída de cima para baixo e sem ouvir ninguém. Nosso trabalho de quatro meses de negociação, em princípio, foi todo jogado fora”. Assim o professor Helder Garmes, representante da Adusp, manifestou-se sobre a reunião de 7/5 em que a Reitoria anunciou sua decisão de criar unilateralmente a Comissão da Verdade (CV), com sete membros, nomeada pelo reitor sem participação da comunidade. Desse modo, foi atropelada a proposta do Fórum Aberto pela Democratização, que inicialmente a Reitoria aceitara como passível de tramitação no Conselho Universitário (Co), e que consistia de uma comissão de 15 membros titulares, 12 dos quais indicados pelas quatro entidades representativas (Adusp, Sintusp, DCE e APG) e três indicados pela Reitoria.

Já no dia seguinte a Reitoria publicou a Portaria GR 6172, que define as finalidades da CV e nomeia seus membros, desqualificando assim todo o processo de debates sobre o tema que vinha sendo feito, desde meados de 2012, na comunidade universitária. Restou apenas, como resíduo das negociações, o enunciado central: “Fica criada, na Universidade de São Paulo, a Comissão da Verdade destinada a examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos, praticadas durante a ditadura militar com a ajuda de setores civis que vigorou no País entre 31 de março de março de 1964 e 15 de março de 1985, contra docentes, alunos e funcionários não docentes da Universidade”.

Foram designados pelo reitor Grandino Rodas para compor a CV os docentes Dalmo Dallari (FD), Erney de Camargo (ICB), Eunice Durham (FFLCH), Janice Theodoro da Silva (FFLCH), Maria Hermínia Brandão de Almeida (IRI), Silvio Roberto Salinas (IF) e Walter Colli (IQ).

Postergações. Antes do encontro de 7/5 entre o Fórum Aberto e os representantes da Reitoria (Alberto Carlos Amadio, chefe de gabinete; Wanderley Messias da Costa, superintendente de relações institucionais; e Rubens Beçak, secretário geral da Universidade), outros foram desmarcados sucessivamente, e de modo desrespeitoso, por parte da Reitoria.

Como noticiado no *Informativo Adusp* 361, a Reitoria havia agendado para 14/5 uma reunião entre

os membros indicados pelas categorias para compor a CV-USP e o grupo de professores representantes da Reitoria. Porém, no dia 3/5, o encontro foi desmarcado por meio de telefonema da Superintendência de Relações Institucionais, que sugeriu sua antecipação para 7/5. O Fórum Aberto confirmou a presença no dia 7/5, após ter consultado todos os representantes cuja presença estava prevista para a reunião do dia 14/5.

Vale ressaltar que, além da comissão do Fórum que estava conduzindo a negociação com a Reitoria, estariam presentes no encontro de 14/5 alguns dos representantes eleitos pelas categorias para compor a CV-USP, entre eles os professores Fabio Comparato, Marilena Chauí e Pedro Paulo Chieffi. Devido à antecipação para 7/5, o professor Chieffi não poderia mais comparecer e seria substituído pela professora Zilda Iokoi. Contudo, todo o esforço de contatar novamente os representantes foi em vão: no final da tarde de 3/5, a Adusp recebeu nova mensagem da Superintendência, cancelando o encontro recém-confirmado. O recado também informava que propostas de duas novas datas seriam encaminhadas.

Em telefonema no dia 6/5 ao professor Wanderley Messias, superintendente de relações institucionais, a associação insistiu para que a reunião de 7/5 fosse mantida. Durante a conversa, a Adusp foi informada de que os representantes da Reitoria não viam sentido em que participassem do encontro as pessoas indicadas pelas categorias para compor a CV-USP, uma vez que esta ainda não existia. Messias ainda disse que, na ocasião, apresentaria a proposta da Reitoria para a criação da CV-USP. Só no final da manhã de 6/5 é que foi confirmada a reunião do dia seguinte, mas sem a presença

dos representantes eleitos pelas categorias. A Reitoria só estava disposta a receber a comissão de negociação. Consultado o Fórum Aberto, decidiu-se mesmo assim participar da reunião, na expectativa de que os trâmites para a criação da CV-USP avançassem.

Dada essa movimentação no mínimo intrigante, bem como o cenário posterior, surgem dúvidas e indagações. Por que, às vésperas de uma reunião marcada com antecedência, a Reitoria anunciou que não mais receberia os membros eleitos pelas categorias para compor a CV-USP? Afinal de contas, a quem interessou esse jogo de postergações e subterfúgios?

“Como antes nós havíamos mandado um documento solicitando uma conversa entre a Reitoria e os membros indicados pelas categorias para compor a CV-USP, [durante a reunião] eles tentaram nos fazer acreditar que nós já tínhamos definido a comissão e que, por isso, a Reitoria não tinha mais o que fazer”, conta o professor Helder Garmes sobre o encontro do último dia 7/5.

O representante da Adusp observa que o argumento utilizado pela Reitoria na ocasião tinha a intenção de fazer com que os demais presentes acreditassem que as nomeações das categorias para a CV-USP denotaram um “atropelo” da Reitoria pelo Fórum. “E aí o reitor decidiu baixar a portaria”. “Nós contra-argumentamos, dizendo que não era esse o combinado. Insistimos que se estava perdendo a oportunidade de fazer uma comissão de fato representativa, que servisse de modelo para outras universidades, mas de nada adiantou; tudo já estava previamente decidido”, diz Garmes.

Processo. O pedido de criação de uma Comissão da Verdade da USP foi oficialmente apresen-

tado à Reitoria em reunião do dia 21/11/12. Em 15/12/12, a solicitação foi respondida indiretamente. No *Diário Oficial do Estado*, o reitor Rodas publicou ato em que declarava que “qualquer grupo interessado” na busca da verdade histórica “possui legitimidade própria, independentemente de nomeação reitoral”. O documento também citava o nome dos professores incumbidos de representar a Reitoria nas negociações.

No dia 21/11, abaixo-assinado com mais de 4.600 assinaturas, pedindo a instalação da CV-USP, foi entregue ao secretário-geral da Universidade, professor Rubens Beçak. Em 22/1/13, em nova reunião com a Reitoria, o Fórum obteve, finalmente, a resposta de que a Universidade se comprometeria a instaurar oficialmente a comissão.

Em 4/2/13, o Fórum apresentou à Reitoria uma proposta inicial, deliberada em sua reunião aberta de 30/1/13, que indicava a composição da CV-USP, nomeação dos membros, prerrogativas, infra-estrutura, assessoria etc. Em reunião do dia 7/5/13, com representantes das categorias e do Fórum, a Reitoria anunciou a criação de sua própria comissão.

Vale lembrar que, durante sua trajetória promovendo debates sobre o assunto na Universidade, o Fórum Aberto conseguiu fazer com que a criação da CV-USP contasse com o apoio das seguintes instituições e grupos: Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, Comissão Municipal da Verdade “Vladimir Herzog”, Ministério Público Federal, Associação Juízes para a Democracia, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e Comitê Paulista por Memória, Verdade e Justiça.

**DIA 16 DE MAIO, QUINTA-FEIRA, 17H00
NO AUDITÓRIO JACY MONTEIRO - IME**

EM PAUTA NA ASSEMBLEIA:

- 1. DATA-BASE: AVALIAÇÃO DA REUNIÃO COM O CRUESP**
- 2. COMISSÃO DA VERDADE**
- 3. ELEIÇÃO PARA REITOR**

“Um golpe escandaloso”

Fórum Aberto denuncia, em nota, decisão autoritária da Reitoria de impor Comissão da Verdade unilateral e destituída de autonomia

Há mais de um ano, reagindo a um diagnóstico de que a Universidade de São Paulo precisava, urgentemente, iniciar um processo de democratização interna, as entidades representativas da USP, os movimentos organizados, centros acadêmicos e indivíduos interessados fundaram o Fórum Aberto pela Democratização da USP. Como primeira ação, decidiram realizar uma ampla mobilização pela criação de uma Comissão da Verdade da Universidade. O diagnóstico naquele momento era que a USP, por desconhecer o seu passado autoritário, incorria em erros parecidos e resistia a processos mais radicais de democratização. Prova disso é que, apesar de ter sido palco privilegiado de perseguições e violações de direitos humanos, a maior universidade do país permanecia alheia ao esforço nacional por efetivar o direito à memória, verdade e justiça.

Frente a isso, professores, funcionários e alunos, advindos de todas as áreas do conhecimento, mobilizaram-se pela criação de uma Comissão autônoma, demo-

craticamente composta e com condições efetivas de esclarecer as graves violações de direitos humanos cometidas contra uspianos e ex-uspianos.

Esse engajamento de todos resultou na coleta de assinatura de quase 5 mil uspianos em defesa de uma Comissão que seria, segundo os termos do próprio abaixo-assinado, “dotada de autonomia e independência”, “composta por membros eleitos democraticamente pelas três categorias da universidade” e habilitada para “requisitar documentos de todos os órgãos da Universidade, ainda que classificados como sigilosos”.

Tais premissas balizaram as negociações com a Reitoria, que se arrastaram de janeiro de 2013 até a última reunião, que ocorreu no dia 7 de maio. Nesta ocasião, a Reitoria anunciou que a Comissão da Verdade da USP já estava formada e que seria publicada a respectiva Portaria, já no dia seguinte (8 de maio), no *Diário Oficial do Estado*. Um golpe escandaloso: a Reitoria agiu de forma autoritária ao romper um proces-

so de negociação que contava com todo o empenho do Fórum Aberto pela Democratização da USP, composto por Adusp, Sintusp, APG, DCE-Livre, inúmeros Centros Acadêmicos, estudantes, professores e funcionários.

A portaria do gabinete do reitor nº 6172 de 7 de maio de 2013 que institui uma Comissão da Verdade, na contramão do amplo movimento e engajamento acumulado há mais de um ano na USP, não afirma, em nenhum momento, a autonomia e independência da comissão em relação à estrutura universitária. Além disso, aceita a requisição de informações e documentos a todos os órgãos universitários, mas exclui a exigência de que mesmo aqueles atualmente classificados como sigilosos sejam assegurados. Por fim, ao invés de acatar os membros democraticamente eleitos pelas categorias da comunidade uspiana, a Reitoria nomeia por conta própria sete docentes. Não se questiona a capacidade das pessoas indicadas, mas sim a imposição autoritária de seus nomes.

Registre-se que centenas de professores e milhares de estudantes manifestaram, publicamente, apoio ao formato de Comissão da Verdade da USP que estamos propondo e defendendo.

O Fórum pela Democratização

da USP não acredita que a autonomia e independência, a escolha democrática dos membros e o acesso a todas as informações que permaneceram sob sigilo até hoje sejam premissas que possam ser mudadas, por portaria reitoral, sem graves consequências para o bom funcionamento da Comissão da Verdade da USP.

Ao proceder dessa maneira, a Reitoria da USP, que tanto alardeia o protagonismo e a liderança da nossa Universidade nos cenários nacional e internacional, perde a chance histórica de constituir uma Comissão da Verdade participativa, inclusiva e representativa dos setores que compõem o universo que será objeto dos trabalhos da Comissão, como recomendam as melhores práticas nessa matéria.

Reiteramos, em consonância com o abaixo assinado amplamente apoiado pela comunidade universitária, que somente uma Comissão da Verdade fundamentada em tais premissas pode tornar efetivo seu papel histórico de garantir o direito à memória e à verdade e de contribuir para a superação de um período de graves violações de direitos humanos.

São Paulo, 9 de maio de 2013

Fórum Aberto pela Democratização da USP

NCN lança abaixo-assinado para criar Casa de Cultura Negra

Como parte do Mês da Abolição Interrogada II (a primeira versão foi realizada na USP em 1988, 100 anos após a abolição da escravidão no Brasil), no dia 17/5 o Núcleo de Consciência Negra (NCN) fará evento para comemorar seus 26 anos de existência (e resistência!) na Cidade Universitária. Na data, entre outras atividades, será oficialmente lançada uma campanha para o recolhimento de assinaturas em prol da criação da Casa de Cultura Negra da USP. Um abaixo-assinado online já está disponível (em <http://goo.gl/pPt64>).

“Reivindicamos a criação da Casa da Cultura Negra da USP, pois temos uma vasta história dentro da Universidade, somos numericamente a maioria da população brasileira, mas ainda uma minoria política que não descansará enquanto não tiver

seus anseios e direitos de inclusão plenamente atendidos”, diz trecho do texto que explica a causa a apoiadores no site *peticaopublica.com*.

A Casa da Cultura Negra é uma antiga reivindicação do NCN, que desde sua criação, em 1987, enfrenta problemas para firmar convênio com a Reitoria e, assim, formalizar a situação de seu espaço no *campus* Butantã. A entidade está sob ameaça de ter sua sede demolida, desde que foram anunciadas e iniciadas as obras para a criação do Centro de Difusão Internacional e da “Nova ECA” na região dos barracões, ao lado da FEA.

Como noticiado na edição da primeira quinzena de maio do *Jornal do Campus*, a ideia já recebeu o apoio da FFLCH. “Acho importante a criação da Casa de Cultura Negra, a FFLCH apoia a

iniciativa do Núcleo. Estamos apenas aguardando a formalização do pedido à Universidade”, diz Sérgio Adorno, diretor da unidade, em entrevista ao veículo. A FFLCH foi escolhida por membros do NCN para ser responsável por um Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão (NACE) que abarque projetos sobre questões étnico-raciais. Porém, a criação do NACE não garante espaço físico para o desenvolvimento das atividades da entidade.

Segundo Leandro Salvático, um dos coordenadores do NCN, as assinaturas são necessárias do ponto de vista político. “Queremos criar um ambiente que obrigue a USP a ver a necessidade desse espaço. É vital que a gente reconheça a importância da cultura negra dentro da nossa sociedade”, declara em entrevista ao *Jornal do Campus*.

Eleições Adusp

Nos próximos dias 27, 28 e 29 de maio realizaremos eleições para renovação da diretoria da Adusp e de parte do Conselho de Representantes (CR). As inscrições de chapas para a diretoria encerram-se em 17/5, ao passo que para as candidaturas ao CR em 24/5 e devem ser feitas na sede provisória da Adusp.

O CR reúne-se mensalmente e o calendário das reuniões é estabelecido no início de cada semestre, o que facilita a organização da agenda dos conselheiros. As reuniões têm início por volta das 12 horas, e, enquanto almoçamos, discutimos, trocamos experiências com docentes de diferentes unidades, elaboramos propostas de ação para a entidade.

O CR é instrumento de diálogo, por meio do qual a Adusp pode se aproximar dos docentes de cada unidade, conhecendo melhor a problemática local.

Fortalecer o CR é tarefa constante, que cabe a todos e a cada um de nós!

Professora da FZEA processa USP por danos morais

A professora Lia de Alencar Coelho acionou judicialmente a Universidade de São Paulo por danos morais, em razão de um “erro” da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA-USP), que lhe aplicou, sem fundamento, 14 faltas “justificadas” (não abonadas), vinculadas a “saídas não autorizadas”, de 13/6/2011 a 21/6/2011, e depois 27, 28 e 29/6/2011, e 8 e 9/8/2011. Lia impetrou a ação em dezembro de 2012, na 5ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

“O professor Evaldo Antônio Lencioni Titto, chefe do Departamento de Zootecnia (dezembro de 2010 a outubro de 2012) e atual suplente de representante da Congregação da FZEA no Conselho Universitário, considerou que eu não tinha autorização para desenvolver pesquisa no Laboratório de Neurobiologia do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB-USP), em São Paulo, projeto aprovado pela Fapesp, sob minha coordenação”, explica a docente. Porém, o chefe do Departamento foi comunicado pela professora Lia da realização da pesquisa no ICB em 15/12/2010, por memorando, posteriormente apresentado ao Conselho Departamental (em 16/2/2011). Entre dezembro de 2010 e julho de 2011, a professora diz ter se deslocado para o ICB sem nenhuma objeção do professor Titto ou do Conselho Departamental, em que a professora Lia atuava como representante suplente da categoria MS-5 (Professor Associado).

As ameaças de aplicação de faltas pelo professor Titto só apareceram em agosto de 2011, quando Lia questionou o chefe do departamento acerca da exclusão do seu endereço eletrônico da lista de e-mails do Conselho Departamental. A professora notou que enquanto todos os membros, titulares e suplentes, recebiam as convocações, pautas e atas das reuniões do Conselho Departamental por e-mail, ela não recebeu as convocações referentes às reuniões de junho e julho de 2011.

Após cientificar-se, em setembro de 2011, da primeira leva de faltas, registrada no holerite de agosto, Lia apresentou um recurso administrativo à direção da FZEA, em 17/10/11. Nele explicou que a aplicação de tais faltas merecia ser reconsiderada, pois em nenhum dos dias considerados faltosos ela se ausentou de suas atividades acadêmicas. Na

maioria dessas datas a docente encontrava-se realizando suas atividades de pesquisa no Laboratório de Neurobiologia do Departamento de Fisiologia e Biofísica do ICB, vinculadas a projeto Fapesp (processo 2009/02513-0) sob sua coordenação. E nos dias 21/6/2011 e 9/8/2011 a docente encontrava-se exercendo suas atividades acadêmicas normalmente no campus de Pirassununga, inclusive em sala de aula no dia 9/8/2011.

Deliberação. Conforme a análise jurídico-formal emitida pela Procuradoria Geral da USP, coube ao Conselho Departamental de Zootecnia a deliberação sobre o recurso administrativo. Durante o período que antecedeu esta deliberação, ocorrida em 26/4/2012, a professora Lia encaminhou ao diretor da FZEA, professor Douglas Emygdio de Faria, vários ofícios, todos comprovando que tudo não passava de equívoco.

Embora o apontamento das faltas tenha sido anulado na reunião deliberativa, por oito votos a cin-

co, o Conselho Departamental definiu na mesma votação que a docente ficaria sujeita à apreciação da conduta que havia motivado a aplicação das faltas pelo chefe do Departamento, à luz do artigo 4º das Disposições Transitórias do Regime Disciplinar da USP, pois não havia autorização formal para exercer atividades de pesquisa fora do Departamento de Zootecnia, mas dentro da Unidade!

Diante do absurdo, em 21/5/2012 a professora solicitou à CERT uma avaliação técnica das suas atividades acadêmicas quanto ao cumprimento do RDIDP e também uma avaliação quanto à infringência ou não dos preceitos desse regime, conforme o artigo 21 da resolução CERT 3.533/89. Em 14/12/2012 a CERT manifestou-se pela legitimidade do conteúdo da pesquisa e de sua realização em Unidade outra que não a de origem, mas considerou indispensável a formalização no âmbito das instâncias departamentais.

No dia 13/7/2012 a professora Lia solicitou à Comissão de Ética da USP uma avaliação, baseada no

Código de Ética da USP, do comportamento dos docentes da FZEA que direta e ou indiretamente estavam envolvidos nos eventos que resultaram na aplicação das faltas. Um dos principais pontos citados se refere ao comportamento do diretor da FZEA, que teria incorrido em conflito de interesses. Por pertencer ao Departamento de Zootecnia durante o período (até outubro de 2012), o diretor da FZEA esteve presente na reunião extraordinária que tratou da deliberação sobre o recurso administrativo.

No entender da professora, o diretor da FZEA “age como se não fosse responsável pela situação constrangedora a que a USP foi submetida”, sendo acionada judicialmente em razão de um “erro” da FZEA ao punir a professora severamente com faltas quando ela estava simplesmente cumprindo os preceitos do RDIDP.

Procurados pelo *Informativo Adusp* para comentar o caso, os professores Titto e Faria não deram retorno até o fechamento desta edição.

Novo currículo das escolas de tempo integral de São Paulo exclui ciências, história e geografia

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo anunciou, no *Diário Oficial* de 19/1, uma grande mudança no currículo das escolas estaduais que migraram para o sistema de ensino em tempo integral. A reformulação implica que 297 instituições não mais ofereçam aulas que incluam conteúdos de ciências, geografia e história nos três primeiros anos do ensino fundamental.

A prioridade absoluta passa a ser o ensino da gramática e matemática. No 1º e 2º anos, os estudantes terão 15 aulas de língua portuguesa por semana, o que equivale a 60% da carga horária do período. Serão seis aulas de matemática (25% da carga horária semanal), e quatro aulas de educação física e artes. No 3º ano, a carga horária de matemática aumenta para 40% e a de língua portuguesa cai para 35%.

Carta divulgada em março pela Associação Nacional de Histó-

ria (Anpuh) critica a medida (leia em <http://goo.gl/poeld>). Em abril, o Grupo de Estudos da Localidade (ELO) do Laboratório Interdisciplinar de Formação do Educador (Laife) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) também divulgou texto contrário à reformulação: “Não é possível reduzir o processo de ensino-aprendizagem do Ensino Fundamental a mero treinamento do aluno para o preenchimento de provas padronizadas. Tal ação inibe e reduz, substancialmente, a utilização de diversas outras linguagens e tecnologias essenciais para possibilitar a leitura autônoma e reflexiva do mundo atual”, diz o documento, cuja íntegra está disponível em <http://goo.gl/VXYiq>.

A professora Andréa Coelho Lastória, coordenadora do Laife e do grupo ELO, acredita que “a reformulação, no fundo, é para atender as exigências dos fun-

dos de financiamento internacional, que fazem com que existam avaliações externas no país, como o Saesp [Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo] e o PISA [Programa Internacional de Avaliação de Alunos]”. A decisão tomada pelo governo estadual, afirma ela, ignora os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) das disciplinas excluídas: “Os PCNs valorizam o ensino de história e geografia desde a educação infantil”.

A carta do grupo ELO foi aprovada pelo Departamento de Educação, Informação e Comunicação e encaminhada à Congregação da FFCLRP. “Daqui a alguns anos, se continuar assim, isso vai se refletir no ensino superior. Já está se refletindo no ensino fundamental II, quando o aluno chega ao 5º ano sem saber ler um mapa ou sobre a história de seu próprio país ou região”, adverte Andréa.

Leonel Itaussu, generoso revolucionário

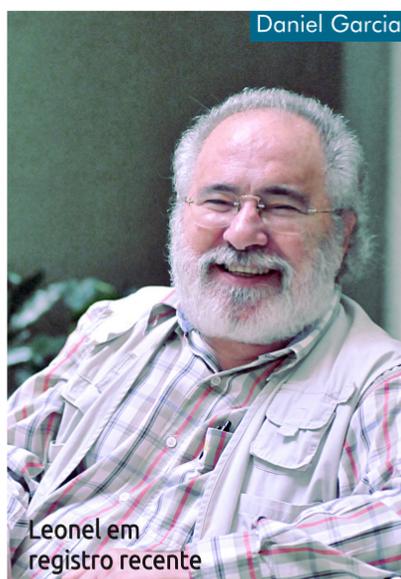
Leonel Itaussu Almeida de Melo nasceu em Icó (SP). Tinha antepassados libaneses. Jovem, deslocou-se à capital para estudar, e se incorporou à militância na Ação Libertadora Nacional (ALN). Foi preso pelo regime militar, torturado no DOI-CODI, conheceu a chamada “cadeira do dragão”. A tortura na boca com eletricidade lhe fez perder todas as obturações molares. Manteve sequelas físicas da tortura durante toda sua vida, como aconteceu com tantos, que nada dizem a respeito. Nunca pediu indenização. Esteve na prisão durante um ano, aproximadamente. Novamente livre, foi professor do cursinho Equipe, a partir de 1974, e concluiu estudos de advocacia na USP (São Francisco), profissão que nunca exerceu, e também de Ciências Sociais, na mesma USP. Fez mestrado em Sociologia Política, e doutorado em Ciência Política. Era também pós-doutor pela Universidade da Califórnia (Berkeley). Docente do Departamento de Ciência Política (FFLCH) da USP, eu o conheci nos debates sobre a FFLCH dos anos 1990, em que se destacou defendendo a unidade da faculdade, com a força intelectual e a foga-sidade oratória que lhe eram características. Já era professor titular, cargo obtido em concurso de concorrência acirrada.

Com Luiz César Amad Costa, seu colega de trabalho, de estudo e grande amigo, escreveu textos didáticos de história moderna e contemporânea, de grande difusão. Publicou *Argentina e Brasil: A Balança de Poder No Cone Sul*; *Quem tem medo*

de Geopolítica?; A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata.

Não fez “carreira política”. Preferiu dedicar-se à pesquisa e à docência na universidade pública, e à luta junto aos trabalhadores e os movimentos sociais desde essa posição. Era orador excepcional, dispensava microfones quando enfrentava auditórios, graças ao volume da sua voz e à sua forte personalidade. Prendia a atenção do público pela erudição e pela lógica contundente de suas argumentações, e ouvia com atenção e educação os argumentos contrários ou divergentes. Foi, por isso, presença indispensável nos congressos e simpósios que organizamos no Departamento de História da USP (suas intervenções estão, felizmente, gravadas).

Sua generosidade pessoal era ímpar. Vivia em condições modestas, e quando da demissão de funcionários da USP por “delito” de greve, doou parte de seu salário para esses trabalhadores que se encontravam sem proventos (não deixou que ninguém soubesse, mas agora eu digo). Foi delegado da Adusp a vários congressos do Andes-Sindicato Nacional. Em uma de suas últimas aparições públicas, no ato-debate “Contra a destruição da Palestina” que coordenamos no Departamento de História (USP), em finais de 2012, por ocasião dos bombardeios israelenses contra a população civil de Gaza, fez questão, apesar de suas precárias condições de saúde, de falar em pé... em homenagem ao *Homo erectus*. Apresentou nesse ato um texto-



moção sobre o conflito no Oriente Médio, que foi adotado pelo Foro Social Mundial-Palestina, que nesse mesmo momento se reunia em Porto Alegre.

Dono de um humor cáustico, ninguém se aborrecia por um minuto sequer, estando ao seu lado. Seus alunos e orientandos lembram e lembrarão sempre sua dedicação, atenção e, novamente, generosidade. Lutava por eles quando lhes faltava um prazo para concluir suas dissertações ou teses. Como membro de bancas de concurso público, não aceitava pressões e se guiava por uma objetividade absoluta baseada no mérito.

Esteve política e intelectualmente ativo até poucos dias antes de sua internação final, com problemas respiratórios em um organismo já muito debilitado devido a doenças diversas e a uma vida vivida sem medo nem cálculos egoístas.

Na homenagem que lhe prestou José Genoíno na Câmara de Depu-

tados, lê-se: “Militante político na resistência contra a ditadura, conheci-o no Cursinho Equipe, onde dava aulas após ter saído da prisão política em 1977. Ele, professor de História Geral e eu, de História do Brasil. Trabalhamos juntos com uma visão democrática de como tratar o cursinho, o colégio, o supletivo, naquela ilha democrática que era o Colégio Equipe. Como professor de Ciência Política, concursado, da USP, formou várias gerações, com competência, com conhecimento, com liderança acadêmica. E sempre foi um militante político, um militante político de esquerda, um militante político ao lado do Partido dos Trabalhadores, mesmo sem ser filiado ao Partido dos Trabalhadores...”.

Os catadores de mesquinhasias políticas podem protestar à vontade pela citação acima. Essas coisas estão na história. Leonel foi um marxista, um revolucionário, no verdadeiro e amplo sentido da palavra. Membro de uma geração cheia de contradições e de impasses, mas cujos melhores representantes não vacilaram em apostar a vida nas suas convicções. E Leonel esteve entre eles. Esse é o homem que se foi domingo, 4 de maio, pela madrugada, aos 67 anos de idade. Uma vida encurtada pelas apostas que ele fez na política, no ensino, no conhecimento, na militância, na vida. Todos os que hoje o choram, seus filhos, sua companheira, seus parentes, seus alunos, seus amigos, seus camaradas, têm sobrados motivos de orgulho por tê-lo conhecido.

Professor Osvaldo Coggiola

Edmundo Dias, exemplo de militância

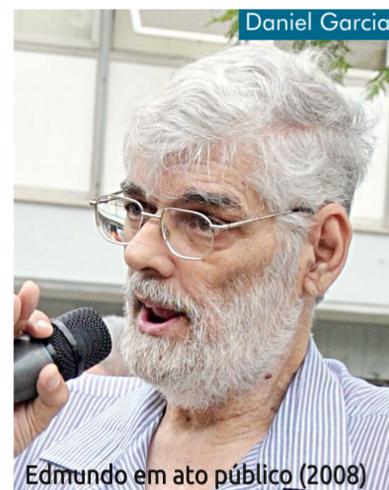
Faleceu em 3 de maio de 2013 o professor e cientista social Edmundo Fernandes Dias, aposentado do IFCH da Unicamp. “Edmundo teve uma trajetória de vida marcada principalmente pela indissociabilidade entre o trabalho intelectual rigoroso, realizado a partir da perspectiva crítica das ciências humanas, e a atuação política sempre comprometida com a transformação radical da realidade. Além da dedicação às atividades acadêmicas, atuou intensamente no movimento sindical. Participou, ainda nos anos de 1970, das primeiras mobilizações no âmbito desta Universidade que

culminaram na criação da Adunicamp”, afirma nota publicada no site da entidade, da qual foi diretor e ativo militante.

A Adunicamp lembra que Edmundo destacou-se na greve geral do funcionalismo público paulista em 1979 (a primeira greve da categoria sob a Ditadura Militar), bem como na mobilização contra a intervenção malufista na Unicamp em 1981, ano em que foi um dos organizadores do I Congresso Nacional dos Docentes Universitários, realizado em Campinas, que resultou na criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes, transformada

em sindicato a partir de 1988).

“Edmundo deixa extensa produção bibliográfica sob a forma de artigos e livros de sociologia e ciência política situados no campo do marxismo como *O outro Gramsci* (Xamã, 1996) e *Gramsci em Turim* (Xamã, 2001), obras que trazem contribuições fundamentais para a compreensão do pensamento desse intelectual revolucionário italiano. Mais recentemente, escreveu *Política Brasileira: embate de projetos hegemônicos* e *Revolução Passiva e Modo de Vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*, ambos publicados pela Editora José Luis e Rosa Sun-



Edmundo em ato público (2008)

dermann. Nessas obras, Edmundo retoma e atualiza aspectos essenciais da teoria marxista da revolução e empreende análises críticas sobre as reconfigurações da hegemonia capitalista nos planos nacional e mundial”.